

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

Número da inscrição: \_\_\_\_\_

### PROVA B – Prova Objetiva

#### Questão 01

O princípio da boa-fé objetiva descrito no art. 4º, III, é visto não só como defesa do vulnerável, mas também atua como critério auxiliar na viabilização dos ditames constitucionais sobre a ordem econômica. CARVALHO, Diógenes Faria de. *Do princípio da boa-fé objetiva nos contratos de consumo*. Goiânia: Ed. da PUCGO, 2011, p.91

Entre os princípios que orientam o Código de Defesa do Consumidor, está a boa-fé objetiva, que:

- a) restringe sua aplicação aos contratos de consumo.
- b) garante a igualdade formal-material aos sujeitos da relação jurídica de consumo.
- c) implementa equilíbrio nas relações de consumo, tendo em vista a presunção absoluta de hipossuficiência do consumidor.
- d) cria deveres no momento da celebração do contrato, como o dever da informação, ou seja, aquele em que há a necessidade de se realizar a oferta de forma clara e sem equívocos.
- e) protege a segurança que o consumidor depositou na segurança do produto ou objeto colocado no mercado e por ele adquirido.

#### Questão 02

Em relação à disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre os contratos de adesão, assinale a afirmativa correta.

- a) A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.
- b) Nos contratos de adesão não se admite em nenhuma hipótese a cláusula resolutória.
- c) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte poderá ser livremente escolhido pelo fornecedor, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
- d) As cláusulas dos contratos de adesão devem ser aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, ainda que o consumidor tenha a possibilidade efetiva de discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
- e) As cláusulas dos contratos de adesão devem permitir sua imediata e fácil compreensão pelo consumidor, sem a necessidade de serem redigidas com destaque.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

### Questão 03

A propósito da disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre as cláusulas abusivas, é correto afirmar que são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que

- a) limitem a responsabilidade do fornecedor em situações justificáveis e sendo o consumidor pessoa jurídica.
- b) estabeleçam a utilização facultativa de arbitragem.
- c) autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, ainda que igual direito seja conferido ao consumidor.
- d) obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, ainda que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.
- e) possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

### Questão 04

Com base no atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no que diz respeito à incidência do Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- a) O CDC não se aplica aos contratos de plano de saúde administrados por entidades de autogestão.
- b) O CDC não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- c) O CDC não é aplicável às entidades abertas de previdência complementar.
- d) O CDC incide nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.
- e) O CDC é aplicável aos contratos de plano de saúde, inclusive aos administrados por entidades de autogestão.

### Questão 05

Nos termos da Resolução n. 174/2013, do CNJ, a contar do encerramento da instrução, o juiz leigo deverá apresentar o projeto de sentença, no prazo máximo de

- a) 5 dias.
- b) 7 dias.
- c) 10 dias.
- d) 12 dias.
- e) 15 dias.

### Questão 06

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

A Resolução n. 174/2013, do CNJ, dispõe que o juiz leigo fica subordinado às orientações e ao entendimento jurídico do

- a) Presidente do Conselho Nacional de Justiça.
- b) Presidente do Tribunal de Justiça.
- c) Corregedor-Geral de Justiça.
- d) Presidente da Turma Recursal.
- e) Juiz togado.

### Questão 07

Segundo o Código de Ética dos Juízes Leigos, é dever desses juízes, sem prejuízo daqueles estabelecidos pelo respectivo Tribunal,

- a) captar clientela para auxiliar no exercício das suas funções.
- b) velar por sua honra e reputação pessoal e agir com lealdade e boa-fé.
- c) avisar as partes sobre o horário marcado para o início das audiências.
- d) dar informações ao acusado sobre a possibilidade de obter reparação ao dano sofrido.
- e) informar as partes de sua condição de equiparado ao juiz togado.

### Questão 08

Nos termos do Código de Ética dos Juízes Leigos, em caso de descumprimento de seus deveres, o juiz leigo poderá ser representado, perante o Juiz togado ou a Coordenação Estadual dos Juizados,

- a) por qualquer pessoa.
- b) por delegado da polícia civil.
- c) por promotor de justiça.
- d) pelo Ouvidor do Poder Judiciário.
- e) pelo Procurador Geral de Justiça.

### Questão 09

Das pessoas admitidas a litigar no Juizado Especial Cível, pode-se afirmar que:

- a) o incapaz pode ser autor de uma reclamação cível, desde que o faça por seu representante legal.
- b) o incapaz pode ser réu de uma reclamação cível, desde que o faça por seu representante legal.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

- c) nas demandas envolvendo pessoas jurídicas de direito público, haverá a participação do Ministério Público.
- d) não poderão ser autores de reclamação cível os cessionários de direito de pessoas jurídicas.
- e) Somente é considerada válida a correspondência ou a contrafé recebida se o ato for efetuado por oficial de justiça.

### Questão 10

À luz das disposições da Lei nº 9.099/95, assinale a assertiva CORRETA.

- a) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
- b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.
- c) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a quarenta e cinco vezes o salário mínimo.
- d) Os Conciliadores e Juízes Leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de três anos de experiência.
- e) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, salvo se de cunho patrimonial.

### Questão 11

Os Juízes leigos são considerados auxiliares da Justiça e

- a) não precisam estar inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) são impedidos de exercer a advocacia no Estado em que atuam, enquanto permanecerem na função.
- c) podem conduzir audiência de conciliação, bem como instruir o processo, independentemente de supervisão de um juiz togado.
- d) são previstos na Constituição, que estabelece a sua implantação nos Juizados Especiais de todo Brasil até o ano de 2020.
- e) podem decidir o conflito, quando as partes optarem por resolver o conflito pela solução arbitral.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

### Questão 12

A legitimidade ativa nos Juizados Especiais Cíveis é limitada pela Lei n. 9.099/95, podendo demandar como autores nesta esfera:

- a) as empresas de grande porte, desde que deferido o processamento de recuperação judicial.
- b) as microempresas e as empresas de pequeno porte.
- c) as pessoas jurídicas constituídas sem fins lucrativos, independentemente de sua finalidade.
- d) os menores ou incapazes, desde que devidamente representados ou assistidos.
- e) os insolventes civis, quando o montante de suas dívidas não ultrapassar 40 salários mínimos.

### Questão 13

A assistência por advogado, nas causas em trâmite perante os juizados especiais cíveis, é obrigatória

- a) nas causas cujo valor ultrapasse a quantia de até 30 salários mínimos.
- b) para recorrer da sentença, salvo quando tal assistência não tenha sido prestada no primeiro grau.
- c) em todas as ações, podendo o causídico representar seu cliente sem procuração escrita nos autos.
- d) nas causas inferiores a 20 salários mínimos, quando o réu for pessoa jurídica ou firma individual.
- e) nas causas cujo valor supere 20 salários mínimos, a partir da fase instrutória, sendo dispensada para a formulação do pedido e a sessão de conciliação, nos termos do Enunciado 36 do FONAJE.

### Questão 14

Considerando a forma de comunicação dos atos e os prazos processuais em sede de Juizados Especiais, o juiz

- a) deve se pronunciar sobre qualquer nulidade, mesmo que não tenha havido prejuízo.
- b) não pode ordenar o arresto de bens, bem como a citação por edital nas ações de execução de título extrajudicial.
- c) deve aguardar o pagamento das despesas devidas para o cumprimento de diligências, inclusive, quando da expedição de cartas precatórias.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

d) deve aplicar pena de preclusão temporal, em caso de inobservância dos prazos legais, cujo termo inicial é o dia posterior ao da intimação ou da ciência, conforme entendimento contido no Enunciado 13, do FONAJE.

e) deve dar ciência às partes dos atos praticados em audiência, por meio de publicação no Diário de Justiça, começando a fluir a partir daí eventuais prazos subsequentes.

### Questão 15

B.C. ajuizou ação de cobrança em face de R.K., perante um Juizado Especial Cível, visando o recebimento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) que havia emprestado. A audiência de conciliação foi designada para o dia 16 de agosto de 2017, sendo que R.K.:

a) poderá ausentar-se desde que seu advogado supra a sua ausência, restando assim afastada a hipótese de revelia.

b) poderá, em comum acordo com B.C., manifestar desinteresse pela audiência de conciliação, caso em que esta será dispensada.

c) sofrerá a penalidade de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, caso não compareça, prosseguindo-se para a fase de instrução do processo.

d) deverá comparecer, não podendo a sua ausência ser suprida pelo comparecimento de seu advogado, sob pena de revelia.

e) poderá não comparecer, não se falando em revelia, caso seu advogado protocole contestação no prazo legal.

### Questão 16

A sentença nos Juizados Especiais Cíveis

a) será irrecurável, quando homologar laudo arbitral.

b) trará um breve resumo dos fatos, estando dispensada a fundamentação.

c) poderá ser ilíquida, nos casos de formulação de pedido genérico.

d) poderá ser executada em Vara Comum, no tocante à parte da condenação excedente ao teto de competência dos Juizados Especiais.

e) será recorrível por apelação, no prazo de 15 dias, quando extinguir o processo sem resolução de mérito.

### Questão 17

No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, o sistema recursal é relativamente distinto do processo civil comum, cabendo

a) apelação, no prazo de 15 dias, da sentença de primeiro grau.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

- b) recurso especial, nas hipóteses descritas na Constituição, contra os acórdãos proferidos pelas turmas recursais.
- c) recurso extraordinário, nas hipóteses descritas na Constituição, contra os acórdãos proferidos pelas turmas recursais.
- d) recurso inominado em face da sentença de primeiro grau, sendo dispensados a assistência de advogado e o preparo recursal.
- e) recurso inominado em face da sentença de primeiro grau, julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

### Questão 18

Citado regularmente, o réu ofereceu contestação no quinto dia do prazo de que dispunha para tanto. Depois de protocolizada a sua peça de bloqueio, lembrou-se ele de outra tese defensiva que lhe seria aproveitável, não suscitada em sua contestação e tampouco sendo cognoscível *ex officio* pelo Juiz. Assim, optou o demandado por ofertar nova contestação, o que fez no décimo segundo dia após o da juntada do mandado de citação.

Nesse cenário, deve o Juiz:

- a) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão temporal;
- b) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão lógica;
- c) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão consumativa;
- d) receber a segunda contestação, já que apresentada dentro do prazo legal;
- e) receber a segunda contestação, em homenagem às garantias da ampla defesa e do contraditório.

### Questão 19

Com base no CPC, é correto afirmar que o valor da causa

- a) não servirá de base de cálculo para a fixação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça caso seja irrisório ou demasiado elevado.
- b) é um requisito legal da petição inicial, mas não da reconvenção.
- c) não poderá ser corrigido de ofício pelo juiz, mesmo se verificado que a monta indicada não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão.
- d) pode ser impugnado pelo réu a qualquer tempo e, se comprovada alteração superveniente de fato ou de direito, será complementado o seu pagamento, se necessário.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

e) corresponderá, em causa relativa a obrigação por tempo indeterminado, à soma das parcelas vencidas mais o valor de uma prestação anual relativa às parcelas vincendas.

### Questão 20

Em um processo que tramita pelo procedimento comum foi determinada a citação por Oficial de Justiça. De posse do mandado, o Oficial precisa cumprir a ordem. Nesse cenário, é correto afirmar que

- a) somente com autorização judicial a citação poderá ser realizada antes das seis horas ou após as vinte horas, em dias não úteis.
- b) a citação não pode ser realizada durante o período de férias forenses, por expressa determinação legal de suspensão de todos os atos processuais.
- c) não poderá efetuar a citação se constatar, no momento da prática do ato, que o cônjuge do réu tiver falecido há menos de dois dias.
- d) se por três vezes o oficial procurar o réu sem sucesso em sua residência ou domicílio, havendo suspeita de ocultação, poderá intimar qualquer pessoa da família ou, na falta, um vizinho, de que no próximo dia útil retornará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- e) essa modalidade de citação somente ocorrerá se primeiramente for frustrada a tentativa de citação pelo correio.

### Questão 21

Considere as assertivas abaixo:

- I. O depoimento pessoal da parte não pode ser determinado de ofício pelo Juiz.
- II. Em ações de estado e de família, a parte não é obrigada a prestar depoimento sobre fatos, ainda que venham a resultar em desonra própria.
- III. Haverá confissão ficta quando a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparece em juízo.
- IV. É vedado a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.
- V. A parte não tem legitimidade para requerer o seu próprio depoimento pessoal.

Em consonância com as disposições do Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) II, III e V.
- c) I, II e V.
- d) III, IV e V.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

e) I, III e IV.

### Questão 22

A garantia contra evicção e vícios redibitórios vigora em todos os contratos abaixo, à EXCEÇÃO do contrato de:

- a) dação em pagamento.
- b) compra e venda.
- c) permuta.
- d) doação pura e simples.
- e) retrovenda.

### Questão 23

A venda de coisa móvel, na qual pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago, configura o instituto da:

- a) preempção.
- b) venda com reserva de domínio.
- c) venda a contento.
- d) retrovenda.

### Questão 24

Nos termos do Código Civil Brasileiro, o prazo prescricional para a propositura de ação de cobrança de honorários de advogado será de

- a) 01 ano.
- b) 02 anos.
- c) 03 anos.
- d) 04 anos.
- e) 05 anos.

### Questão 25

Em relação ao mandato,

- a) a aceitação do mandato deve ser necessariamente expressa, para que se tenha segurança jurídica de sua outorga.
- b) presume-se oneroso quando não houver sido estipulada retribuição determinada, exceto se o seu objeto disser respeito a alguma atividade não lucrativa.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

c) pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito; sua outorga está sujeita à forma exigida por lei para o ato a ser praticado, não se admitindo mandato verbal quando o ato deva ser celebrado por escrito.

d) em termos gerais só confere poderes de administração e para transigir ou hipotecar, mas não para alienar, o que dependerá de poderes especiais e expressos.

e) os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são nulos em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar; a ratificação deve ser expressa e valerá de sua concretização em diante.

### Gabarito

1. a  b  c  d  e
2. a  b  c  d  e
3. a  b  c  d  e
4. a  b  c  d  e
5. a  b  c  d  e
6. a  b  c  d  e
7. a  b  c  d  e
8. a  b  c  d  e
9. a  b  c  d  e
10. a  b  c  d  e
11. a  b  c  d  e
12. a  b  c  d  e
13. a  b  c  d  e
14. a  b  c  d  e
15. a  b  c  d  e
16. a  b  c  d  e
17. a  b  c  d  e
18. a  b  c  d  e
19. a  b  c  d  e
20. a  b  c  d  e
21. a  b  c  d  e
22. a  b  c  d  e
23. a  b  c  d  e
24. a  b  c  d  e
25. a  b  c  d  e

Atenção, qualquer rasura ou marcação em duplicidade nas respostas acarretará a desconsideração da questão.



## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

do seu veículo, motivo pelo qual a negativação de seu nome causou-lhe dano moral indenizável, requerendo, liminarmente, a retirada de seu nome dos bancos de dados e a condenação da ré à indenização por danos morais no valor de R\$5.000,00. O juiz concedeu tutela provisória com relação à obrigação de fazer, apesar de reconhecer que não foi vislumbrado perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo; contudo, verificou que a petição inicial foi instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, não havendo oposição do réu capaz de gerar dúvida razoável. Em sentença, o juiz julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando a ré à obrigação de retirar o nome do autor dos bancos de dados de proteção ao crédito, confirmando a tutela provisória, mas julgando improcedente o pedido de indenização, pois se constatou que o autor já estava com o nome negativado em virtude de anotações legítimas de dívidas preexistentes com instituições diversas, sendo um devedor contumaz. Em face do exposto, responda aos itens a seguir.

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, é correta a decisão do juiz que julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais? E poderia o advogado requerer a tutela provisória mesmo constatando-se a inexistência de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Questão 03

Camila teve a perna amputada por Marcelo, médico cirurgião empregado do Hospital Mais Saúde. Muito abalada, ajuizou ação contra Marcelo e contra o Hospital Mais



## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo B

A ré Lojas Trambique S/A apresentou defesa por escrito através de advogado: a) inicialmente, arguiu a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da lide, ao argumento de que somente vendeu a geladeira ao reclamante e não é a responsável pela sua fabricação, b) no mérito, alegou que em caso de ser responsabilizada, deverá ser condenada ao pagamento de somente 50% do valor pleiteado pelo autor.

A ré Indústrias Desleixo S/A, por sua vez, sustentou que, de fato, a geladeira adquirida pelo consumidor possui defeito, motivo pelo se propôs a substituir o produto por outro mais moderno.

O autor apresentou impugnação à contestação, requerendo a rejeição da preliminar levantada e esclareceu, ao final, que não deseja a substituição da geladeira por outra mais moderna, pois requer a restituição dos valores pagos.

Realizada audiência de instrução e julgamento, restou infrutífera a renovação da proposta conciliatória. Foram colhidos os depoimentos das partes e de uma testemunha arrolada pelo autor, a qual é proprietária da assistência técnica, autorizada da Indústrias Desleixo S/A.

A testemunha Sócrates, indicada pelo autor, afirmou que: *“é técnico em refrigeração e vistoriou o motor da geladeira em discussão, o qual estava pifado. Alegou que não era possível substituir a peça com problemas, uma vez que esta não era mais fabricada pela ré Indústrias Desleixo. Esclareceu, por fim, que foi o responsável pela emissão da declaração que acompanhou a petição inicial”*.

As partes dispensaram a apresentação de alegações finais.

As reclamadas compareceram às audiências de conciliação e de instrução devidamente representadas por seus respectivos prepostos, munidos com cartas de preposição e cópia dos contratos sociais. Ofertaram defesa por meio de advogados distintos, os quais possuem poderes *ad judícia*.

Com base nos dados acima, elabore projeto de decisão, com base no disposto no artigo 40, da Lei nº 9.099/95. O relatório é dispensado. Ao final, somente pode constar como assinatura a expressão Juiz leigo.



